Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.10, 2024
ISSN 2178-6925

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES(AS) DOS CENTROS DE ENSINO EM PERÍODO INTEGRAL DE GOIÁS: REFLEXÕES E PRÁTICAS

CONTINUING EDUCATION FOR TEACHERS OF FULL-TIME EDUCATION CENTERS IN GOIÁS: REFLECTIONS AND PRACTICES

Gustavo Bordignon Franz
Mestre, Secretaria de Estado da Educação de Goiás, Brasil
E-mail: gustavo.franz@seduc.go.gov.br
Welliton Correia Vale
Especialista, Secretaria de Estado da Educação de Goiás, Brasil
E-mail: welliton.vale@seduc.go.gov.br
Marcilene Barbosa de Andrade
Mestre, Secretaria de Estado da Educação de Goiás, Brasil
E-mail: marcilene.andrade@seduc.go.gov.br
Mirian Vieira Teixeira
Doutora, Secretaria de Estado da Educação de Goiás, Brasil
E-mail: mirian.teixeira@seduc.go.gov.br

Resumo

A formação continuada de professores é tema de destaque nas políticas públicas em educação, tanto em um panorama nacional, como regional. Especificamente para o estado de Goiás, a oferta da educação em tempo integral, por meio do Programa Educação Plena e Integral, busca promover encontros presenciais e online de formação continuada para seus(suas) professores(as), com o intuito de aprimorar cada vez mais a qualidade do ensino público estadual. Com essa perspectiva, o presente trabalho teve como objetivo trazer um relato acerca da experiência adquirida na concepção de uma vivência pedagógica do componente Eletivas, que integrou um curso de formação continuada de professores(as) que atuam nos Centros de Ensino em Período Integral do estado de Goiás. A formação ocorreu durante o ano letivo de 2022 com cerca de 600 professores(as) participantes. Os(As) professores(as) foram divididos(as) em grupos e frequentaram vivências pedagógicas de cada componente da integração curricular, eixo pedagógico ofertado especificamente nos Centros de Ensino em Período Integral. Na vivência de Eletivas, foi possível perceber que os(as) professores(as) conheciam a proposta do componente e

tiveram a oportunidade de ampliar a sua percepção acerca das possibilidades de desenvolvimento desse componente, a partir das atividades propostas e do compartilhamento com seus pares. Diante desse contexto, destaca-se a importância, necessidade e continuidade da atuação da Secretaria de Educação de Goiás, por meio do Programa Educação Plena e Integral, como fomentadora e criadora de momentos formativos com os professores da rede, tendo em vista a sua realidade profissional.

Palavras-chave: Formação Continuada; Educação Integral em Tempo Integral; Eletivas; Educação Básica; Ensino Público.

Abstract

Continuous teacher education is a prominent theme in public education policies, both nationally and regionally. Specifically, for the state of Goiás, the offer of full-time education through the Full and Integral Education Program seeks to promote in-person and online continuing education meetings for its teachers, aiming to continuously improve the quality of state public education. From this perspective, the present work aimed to provide a report of the experience gained in the Elective component workshop, which was part of a continuing education course for teachers working in the Full-Time Education Centers in the state of Goiás. The training took place during the 2022 academic year with around 600 participating teachers. The teachers were divided into groups and attended pedagogical workshops of each component of the curricular integration, a pedagogical axis offered specifically in the Full-Time Education Centers. In the Electives workshop, it was possible to observe that the teachers understood the component's proposal and had the opportunity to broaden their perception and development possibilities of this component through the proposed activities and peer sharing. In this context, the importance, necessity, and continuity of the Goiás Department of Education's role, through the Full and Integral Education Program, as a promoter and creator of formative moments with network teachers, considering their professional reality, are highlighted.

Keywords: Continuous Teacher Education; Full-Time Integral Education; Electives; Basic Education; Public Education.

1. Introdução

O estado de Goiás atualmente realiza a oferta de educação em tempo integral em sua rede pública de ensino, por meio do Programa Educação Plena e Integral, normatizado pela lei nº 20.917/2020 (GOIÁS, 2020), que trata acerca da

organização dos Centros de Ensino em Período Integral (CEPIs), que se distribuem em uma carga horária diária de nove ou sete horas.

Os componentes curriculares são distribuídos entre formação geral básica, que é composta pelos componentes das áreas do conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, descritas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e integração curricular, composta pelos componentes projeto de vida, protagonismo juvenil, eletivas, estudo orientado, iniciação científica, práticas experimentais e preparação pós-médio, os quais possuem em sua concepção pedagógica, os princípios educativos do Protagonismo, dos Quatro Pilares da Educação, da Pedagogia da Presença e da Formação Integral, com a "[...] grande missão de formar jovens autônomos, solidários e competentes." (SEDUC/GO, 2021, p.17).

Um dos eixos inerentes ao Programa Educação Plena e Integral é o programa de formação continuada dos(as) professores(as) atuantes nos CEPIs. Desta maneira, durante o ano de 2022, foram realizados diversos encontros formativos presenciais e online com os(as) professores(as) dos 258 CEPIs, que fazem parte da rede pública estadual de ensino de Goiás. As formações abordaram os mais variados temas, desde o uso de tecnologias digitais da informação e comunicação em sala de aula, até a nova estruturação curricular do novo ensino médio. Dois momentos formativos, foram dedicados para a revisita e apropriação de aspectos inerentes à arquitetura da integração curricular dos CEPIs.

Os encontros formativos promovidos pela Secretaria de Estado da Educação de Goiás, SEDUC-GO, para os(as) professores(as) dos CEPIs levam em consideração todo o contexto escolar em sua concepção, de tal forma que os momentos de formação continuada não se resumam em soluções simplificadas, que não dialogam com a realidade escolar, mas que proponham uma reflexão acerca da prática docente e do papel do(a) professor(a) como protagonista no processo educacional:

> Neste sentido, não adianta a formação continuada de professores apresentar aos docentes soluções simplificadas, desconectadas da realidade escolar. É necessário um olhar complexo que abarque uma visão geral das situações existentes em cada contexto escolar

> e que favoreça a compreensão das inúmeras relações que as permeiam. (SANTOS; SÁ, 2021, p. 8)

Considerando o panorama estadual e a complexidade de um processo de formação continuada de professores(as) a nível de rede, este trabalho possui como objetivo relatar as experiências adquiridas durante a concepção e desenvolvimento de uma vivência pedagógica acerca do componente curricular 'Eletivas" em um curso de formação continuada ofertado para professores(as) dos CEPIs que compõem a rede de ensino público estadual de Goiás.

2. Revisão da Literatura

2.1 A Formação Continuada de Professores(as) da Educação Básica

A formação continuada de professores(as) da educação básica é parte integrante das políticas públicas de ensino, que formam a base legal da educação do Brasil, tanto em esfera nacional, como nos estados. Presente na realidade profissional do(a) docente brasileiro(a) desde 1940, era associada, em um primeiro momento, à ideia de atualização profissional, com o objetivo de suprir o(a) professor(a) de algum conhecimento que lhe faltava, ao invés de aperfeiçoá-lo. A partir de 1970, essa concepção sofre mudanças e passa a adotar um paradigma de aprimoramento pedagógico. Com a redemocratização do Brasil, no final de 1980, são estabelecidos marcos legais que tratam da formação continuada de professores(as), sendo os principais a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE) (GUEDES; COSTA; LINS, 2014).

A LDB busca evidenciar em seu texto, porém, não deixa uma definição clara sobre o que é a formação continuada de professores(as), como criticam Azeredo, Pizzollo e Bitencourt (2018):

> Todavia, o próprio texto da lei é confuso no tocante às diferentes terminologias utilizadas para designar uma mesma finalidade. No Art. 61, Inciso I da LDB, a formação continuada é considerada como "Capacitação em Serviço"; no Art. 67, Inciso II, como "Aperfeiçoamento Profissional Continuado" e no Artigo 87 como "Treinamento em Serviço" (Revogado pela lei nº 12.796, de 2013). (AZEREDO; PIZZOLLO; BITENCOURT, 2018, p.153)

Uma possível explicação para a diversidade de terminologias que são utilizadas para representar a formação continuada de professores(as) surge a partir da análise do processo de construção histórica da educação brasileira e, consequentemente, da formação de professores(as):

> Nessa construção histórica, a formação continuada acabou adquirindo significados diferenciados, de acordo com as políticas educacionais da época e do contexto histórico em que era construída. Neste sentido, é comum encontrarmos uma série de termos e expressões relativas à formação continuada: reciclagem, treinamento, aperfeiçoamento, capacitação, atualização, educação permanente, educação continuada e, o próprio termo formação continuada. (GUEDES; COSTA; LINS, 2014, p. 4)

Outros autores ainda tecem críticas em relação à nebulosidade e indefinição do texto da LDB acerca da formação continuada de professores(as):

> Em alguns momentos, o texto da lei apresenta a Formação Continuada como um dever dos professores e, em outros, como um dever do Estado e um direito assegurado aos professores, inclusive reconhecendo a importância de sua ocorrência de forma diversificada, visando ao atendimento das diversas necessidades de qualificação docente. (PINTO; BARREIRO; SILVEIRA, 2010, p. 9)

A LDB ainda trata de formação continuada no parágrafo único do artigo 62A ao garantir a formação continuada dos(as) profissionais da educação e ao permitir, no parágrafo segundo do artigo 62, que recursos e tecnologias de educação a distância sejam utilizados na promoção de cursos de formação continuada (GUEDES; COSTA; LINS, 2014).

Para além da LDB, o Plano Nacional de Educação 2014-2024, normatizado pela lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014), estabelece a formação continuada de professores(as) da educação básica como meta a ser atingida. Seguindo o exemplo do governo federal, o estado de Goiás também institucionaliza o compromisso com a formação docente, por meio do Plano Estadual da Educação para o decênio 2015/2025, conforme a lei nº 18.969/2015 (GOIÁS, 2015). Apesar de toda uma legislação fomentadora da formação continuada de professores(as), não há um acordo ou documento norteador que esclareça seu conceito, o que oportuniza diversas interpretações por parte dos(as) agentes públicos.

A definição de Formação Continuada é tema de debate na literatura, com diferentes entendimentos e hipóteses sobre o que pode ser considerado ou não, além da vinculação de outros termos como Formação Contínua e Formação Permanente. Esse debate, mesmo sendo de demasia relevância, não é parte integrante do escopo deste trabalho, portanto, ressalta-se a definição para Formação Continuada adotada pelos(as) autores(as):

> São iniciativas de formação que acompanham a vida profissional dos sujeitos. Apresenta formato e duração diferenciada, assumindo a perspectiva de formação como processo. Tanto pode ter origem na iniciativa dos interessados como pode inserir-se em programas institucionais. Nesse último, os sistemas de ensino, universidades e escolas são as principais agências de tais tipos de formação. (CUNHA, 2003 apud PINTO; BARREIRO; SILVEIRA, 2010, p. 8)

Sobre o conceito de formação continuada, também se entende que:

> O conceito de "formação continuada" precisa retomar o significado de formação humana. A formação humana do(a) professor(a) implica a construção de um novo humanismo, atento à dimensão do cuidado de si e do outro. O humano carece de cuidado que não se reduz à dimensão intelectual e laborativa, mas também psicológica, inter-relacional, ética, emocional, artística, espiritual etc. (GUEDES; COSTA; LINS, 2014, p. 11)

Um aspecto relevante para a discussão da formação continuada de professores(as) da educação básica é a importância do reconhecimento da formação inicial dos(as) professores(as). Ao promover cursos de atualização, os sistemas de ensino devem considerar os novos desafios e situações da vida profissional do(a) professor(a) que demandam a eles(as) um papel de protagonista, apropriando-os(as) e acolhendo-os(as) para a diversidade de situações da escola (AZEREDO; PIZZOLLO; BITENCOURT, 2018). Azeredo, Pizzollo e Bitencourt (2018) ainda argumentam que os programas de formação continuada não assumam um papel de programa motivacional, pois isso não causa impactos na atuação docente, uma vez que não há aplicação prática para a sala de aula.

Nessa perspectiva de aplicabilidade dos cursos e programas de formação continuada, é importante destacar que a teoria e a prática devem estar integradas nas formações, de maneira que façam com que o(a) professor(a) reflita e

reconheça a necessidade da sua constante formação (PLACIDO; ALBERTO; PLACIDO, 2021). Placido, Alberto e Placido (2021, p.48) ainda ressaltam que "[...] uma formação profissional sólida e contínua pode propiciar ao professor a construção e o resgate de sua identidade profissional.".

Em relação ao conteúdo a ser abordado durante as formações de professores(as), cabe ressaltar que não se deve desconsiderar a formação inicial do(a) professor(a), tratando a formação continuada como atualização ou treinamento técnico para execução da prática docente, como afirmam Placido, Alberto e Placido (2021, p. 36) "Entretanto, a formação continuada de docentes não pode ser entendida como mero treinamento, mesmo porque o professor não é um técnico que só executa instruções previamente elaboradas.". Pelo contrário, os cursos de formação continuada devem estimular os(as) professores(as) a refletir sobre a sua atividade profissional:

> "Passa-se a identificar a necessidade de a formação em serviço superar a perspectiva de mero treinamento, de instrumentalização para o ensino ou, ainda, deixar de ser realizada somente visando à atualização dos professores dentro dos conteúdos curriculares. Recomenda-se uma formação balizada em princípios que provoquem a reflexão sobre a prática e sobre o entorno para além dela e valorizem os professores como protagonistas de sua formação. Nessa interpretação, a formação como reciclagem e/ou como treinamento sofre muitas críticas, pois além, de na maior parte dos casos, constituir-se através de cursos esporádicos, não considera as experiências e a realidade cotidiana, não valoriza as necessidades e interesses dos professores, e, sobretudo, ignora o processo de formação, centrando-se nas mudanças comportamentais imediatas, ou seja, no produto da formação." (PINTO; BARREIRO; SILVEIRA, 2010, p. 9)

2.2 Integração Curricular nos CEPIs

Na arquitetura curricular da educação em tempo integral da Secretaria de Estado da Educação de Goiás, o componente curricular "Eletivas" possui posição de destaque para os(as) professores(as) da rede, por possibilitar o desenvolvimento de projetos interdisciplinares, com o objetivo de "[...] propiciar a ampliação e o desenvolvimento de competências e habilidades cognitivas e socioemocionais, bem como estímulo à criatividade." (SEDUC/GO, 2021, p. 40).

Os projetos de eletivas possuem estruturação própria, com foco no desenvolvimento e fortalecimento de habilidades da BNCC, a partir dos resultados acadêmicos da unidade escolar e devem ser planejados, considerando sua divulgação, processo de escolha e culminância. Em linhas gerais, a divulgação e o processo de escolha das Eletivas, por parte dos(as) estudantes acontece em data definida prevista no calendário escolar, em que os CEPIs promovem uma feira de divulgação dos projetos elaborados pelos seus(suas) professores(as) e os(as) estudantes se inscrevem para o desenvolvimento dos projetos. A escolha é livre e os(as) estudantes são conscientizados(as) a se inscreverem nos projetos que mais se adequam às suas necessidades acadêmicas (SEDUC/GO, 2021).

Após a escolha das Eletivas pelos(as) estudantes, o projeto é desenvolvido ao longo do semestre letivo. Ao final do semestre, ocorre a culminância das Eletivas, em que os(as) estudantes realizam uma exposição para toda a comunidade escolar, com o objetivo de mostrar as competências e habilidades que foram adquiridas, retomadas e fortalecidas ao longo do desenvolvimento do projeto. Durante todo o processo de concepção, desenvolvimento e culminância das Eletivas, os(as) professores(as) são estimulados(as) e incentivados(as) a experimentar metodologias de ensino inovadoras e que coloquem o(a) estudante como agente ativo(a) e protagonista do seu processo de ensino e aprendizagem (SEDUC/GO, 2021).

3. Metodologia

Para a realização deste trabalho, utilizou-se uma abordagem qualitativa, a qual preocupa-se com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização entre outros e, não com representatividade numérica (GEHARDT; SILVEIRA, 2009), sendo este um relato de experiência (MUSSI; FLORES; ALMEIDA, 2021), da concepção e desenvolvimento de uma vivência pedagógica acerca do componente curricular ‘Eletivas” em um curso de formação continuada, ofertado para professores(as) dos CEPIs, que compõem a rede de ensino público estadual de Goiás.

A vivência pedagógica em Eletivas, ocorreu no mês de agosto de 2022, durante a formação, intitulada: “Imersão em Integração Curricular dos Centros de

Ensino em Período Integral", para um público de aproximadamente 600 professores(as) e coordenadores(as) pedagógicos(as), pertencentes aos CEPIs, divididos em grupos 10 grupos, com 60 participantes cada. Os procedimentos metodológicos foram organizados em 3 etapas, conforme descrito a seguir:

1ª. Levantamento dos conhecimentos sobre Eletivas dos(as) participantes

Inicialmente, os(as) professores(as) participantes responderam com uma palavra, utilizando o site/aplicativo *Mentimeter* a pergunta "O que é uma Eletiva?", para compartilhamento de brainstorming em nuvens de palavras, e feedback rápido e anônimo das respostas.

2ª. Fundamentos teóricos e legais do componente Eletivas

A partir do levantamento dos conhecimentos prévios dos(as) participantes, seguiu-se com uma aula expositiva dialogada e realizada uma revisão dos fundamentos teóricos e legais do componente Eletivas, presentes nas Diretrizes Pedagógicas do Programa Educação Plena e Integral.

3ª. Elaboração e socialização de um projeto de Eletiva

Em seguida à revisão sobre eletivas, um professor convidado compartilhou sua experiência no desenvolvimento e execução de seus projetos, que possuem boa adesão por parte de seus(suas) estudantes e, consequentemente, são considerados projetos de êxito em sua comunidade escolar. Após esse momento de troca de experiências, com os(as) professores(as) participantes organizados em grupos, foram orientados a realizarem a elaboração de um projeto de Eletiva. Para a realização da atividade proposta, um esquema de produção de projeto foi entregue aos(às) professores(as), como pode ser visualizado na figura 01.

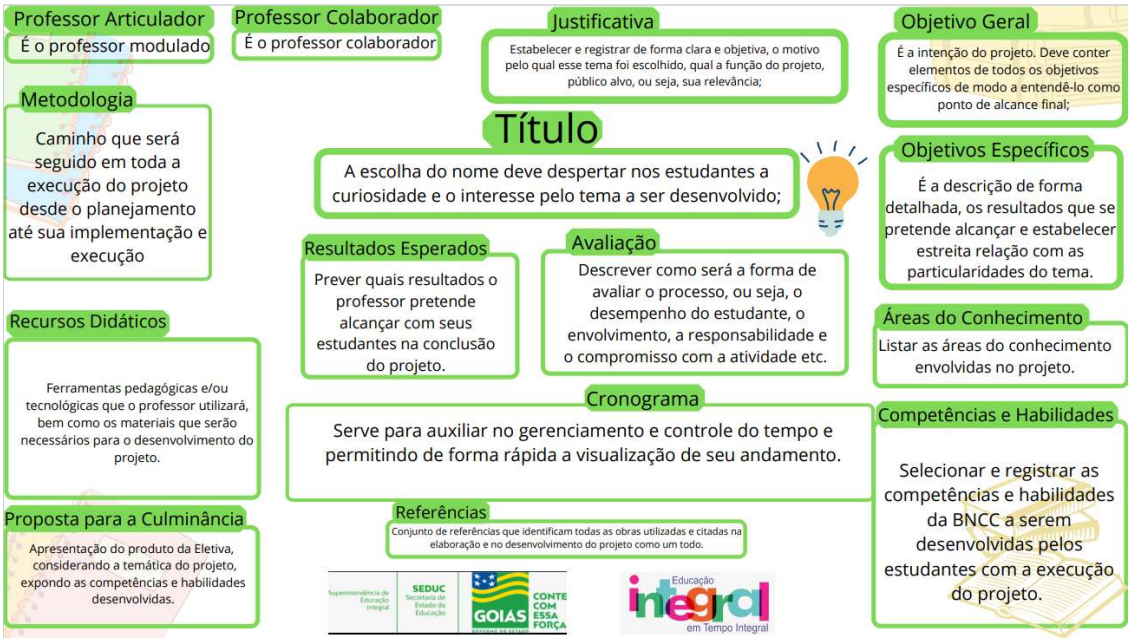


Figura 01: Esquema de produção de projeto de Eletiva entregue aos professores durante a vivência de Eletivas.

Fonte: Os Autores.

Para finalizar a vivência, que teve duração média de aproximadamente uma hora e meia, desenrolou-se um momento de socialização do trabalho realizado pelos grupos, em que os(as) professores(as) compartilharam sua produção e, também falaram sobre os desafios e suas experiências exitosas nesse componente em sua unidade, ao longo do desenvolvimento dos projetos de Eletiva.

4. Resultados e Discussão

Na primeira parte da vivência de Eletivas, os(as) professores(as) e coordenadores(as) pedagógicos(as) responderam à pergunta “O que é uma Eletiva?” com uma palavra e uma nuvem de palavras foi criada utilizando a ferramenta *Mentimeter*[1], como pode ser visualizado na Figura 02.

[1] https://www.mentimeter.com/pt-BR

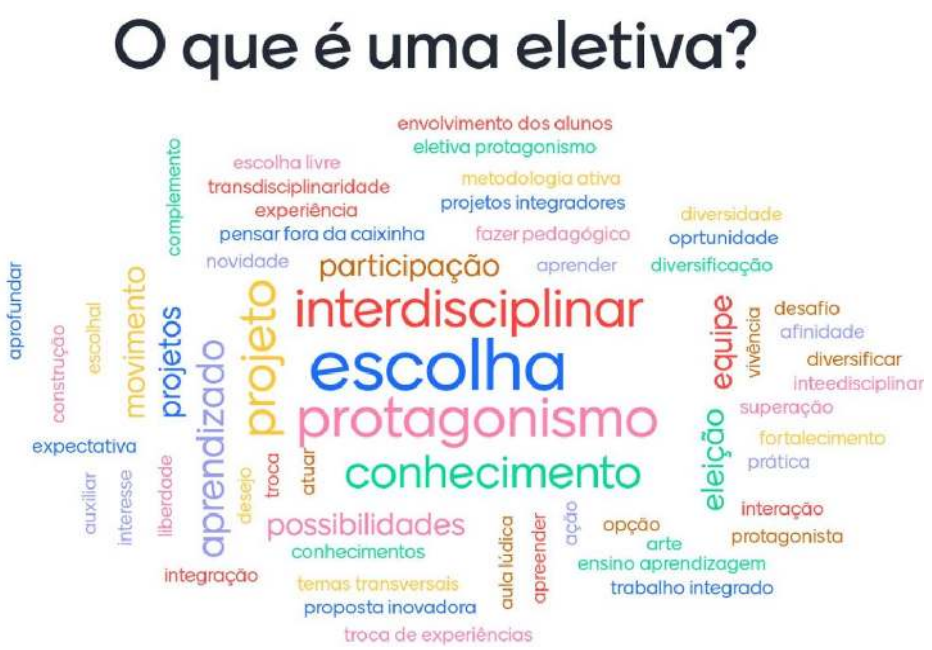


Figura 02: Nuvem de palavras sobre a pergunta “O que é uma Eletiva?” do primeiro grupo de professores.

Fonte: Os Autores.

O uso desse recurso digital foi pensado para dinamizar a vivência pedagógica, para proporcionar a interação com os(as) formadores(as) e mostrar, de certa forma, uma possibilidade de uso de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs) em sala de aula, oportunizando momentos que possam favorecer o processo de ensino e aprendizagem, assim como a colaboração professor-estudante (SANTOS; SÁ, 2021).

Ao analisar as palavras com mais destaque nas nuvens criadas, ou seja, as palavras que foram descritas pelos(as) professores(as) com maior frequência, percebe-se que a maioria está relacionada com aspectos fundamentais do componente curricular eletivas, possibilitando a interpretação de que há um bom nível de conhecimento dos(as) professores(as) em relação ao que é essencial para o desenvolvimento de um projeto de eletiva, algo considerado positivo pelos(as) autores(as), tendo em vista a diversidade de realidades profissionais encontradas ao longo das unidades escolares espalhadas pelo estado de Goiás.

A cada nuvem gerada, os(as) formadores(as) obtiveram dados para identificar os temas que necessitavam de maior ênfase durante a sistematização dos marcos teóricos e legais acerca de eletivas. Por exemplo, na nuvem da figura 02, é possível verificar a presença da palavra ‘eleição’, que não tem conexão com a

proposta do componente, e a ausência de alguma palavra ou expressão que façam referência às competências e habilidades da BNCC, fazendo com que se dê um enfoque maior a estes aspectos durante a fundamentação teórica.

Após a elaboração da nuvem de palavras e de uma breve discussão de seus resultados com o grupo, os(as) formadores(as) realizaram uma sistematização dos fundamentos teóricos e marcos legais acerca do desenvolvimento de um projeto de eletiva, ressaltando para os(as) professores(as) que o material norteador contendo todas as etapas para o planejamento, elaboração e execução dos projetos se encontra nas Diretrizes Pedagógicas do Programa Educação Plena e Integral (SEDUC/GO, 2021) e o dispositivo que fundamenta a sua legalidade se origina no artigo 17 da resolução CNE/CEB nº 04/2010 (BRASIL, 2010).

Apesar da vivência assumir uma configuração mais expositiva durante essa sistematização, com os(as) formadores(as) explicando em frente aos(às) professores(as), ocorreram diversas interações entre os(as) professores(as) e os(as) formadores(as), em que diversas dúvidas dos(as) professores(as) foram solucionadas e houve também aqueles(as) que aproveitaram o momento para compartilhar alguns anseios e angústias em relação à sua prática docente na escola. Diante do que era relatado nesses momentos, os(as) formadores(as) acolheram as manifestações, tanto elogios como críticas e sugestões, e aproveitaram para trocar experiências com todo o grupo.

Dando seguimento à vivência, um professor convidado compartilhou a sua experiência no desenvolvimento de dois projetos de eletivas em sua unidade escolar, mostrando ao grupo seus projetos de eletivas, assim como todo o planejamento, além de detalhes do desenvolvimento do projeto, correções de rota que foram necessárias com o desenrolar das aulas e seus desdobramentos no fortalecimento das habilidades no processo de ensino e aprendizagem de seus estudantes.

O professor também mostrou como articulou diversas saídas de campo com seus estudantes, incluindo uma viagem à cidade de Goiás, mais especificamente no museu Casa de Cora Coralina, assim como uma saída de campo para a base aérea de Anápolis, cidade em que se localiza a unidade escolar do professor convidado. Nesse momento, os(as) professores(as) aproveitaram para tirar dúvidas

acerca do planejamento do projeto de eletivas e como era possível viabilizar uma saída de campo, quais eram os passos necessários, se havia muita burocracia para conseguir transporte e refeição para os(as) estudantes.

Acredita-se que a troca de experiências nesse momento foi muito positiva, pois criou situações que provocaram e motivaram os(as) professores(as) a desempenhar um trabalho de maior qualidade e, consequentemente, impactar positivamente na aprendizagem de seus(suas) estudantes. Ao final da fala do professor convidado, os(as) professores(as) foram divididos(as) em grupos de até quatro integrantes e foram convidados(as) a elaborar um projeto de eletiva.

Durante a elaboração, foi possível verificar que alguns projetos compartilhavam elementos em comum, desde o seu tema principal, até as habilidades a serem desenvolvidas e as áreas do conhecimento presentes. Um exemplo disso são projetos que envolvem a criação de uma horta na escola. Essa temática é recorrente em diversos CEPIs e isso se refletiu nos projetos elaborados pelos(as) professores(as) durante a vivência em eletivas.

Uma hipótese para essa possível recorrência é a abrangência do tema e o seu teor interdisciplinar em essência, que envolve conhecimentos de diversas áreas do conhecimento, sendo possível diferentes abordagens em relação ao desenvolvimento de uma horta na escola, desde elementos de biologia para o crescimento das hortaliças, até a preparação físico-química do solo e informações nutricionais e procedimentos para elaboração de alimentos no pós-colheita. A investigação e análise das produções dos(as) professores(as) no desenrolar da vivência são temas pertinentes em trabalhos futuros.

5. Conclusão

Durante o desenvolvimento da vivência em Eletivas, foi dada aos(às) professores(as) participantes a possibilidade de falar seus anseios, reflexões, angústias e perspectivas acerca do modelo de educação em tempo integral adotado pela SEDUC de Goiás, uma vez que os cursos de formação continuada podem se configurar como espaços de escuta e um canal ativo de comunicação entre os(as) professores(as), que estão na implementação direta das políticas

públicas de ensino e, a estrutura administrativa de apoio da secretaria de educação.

Tal espaço de escuta é importante, para que se diminua a relação de exterioridade entre os conhecimentos adquiridos em cursos de formação continuada e os(as) docentes, de forma que a definição dos programas de formação continuada não ocorra “de fora para dentro”, mas sim que seja um processo construído colaborativamente, sempre com a intenção de proporcionar o aproveitamento máximo dos encontros formativos, já que empenham uma logística que altera a rotina da escola durante os dias de duração (JUNGES; KETZER; OLIVEIRA, 2018).

Em relação ao desenvolvimento da vivência, julga-se que os resultados esperados com o encontro formativo foram atingidos, uma vez que foi possível de analisar qualitativamente, por meio da participação e observação no discurso dos(as) professores(as), bem como das nuvens de palavras construídas, o nível de compreensão que os(as) professores(as) tinham acerca da concepção teórica e legal do componente Eletivas.

De maneira geral, a maioria dos(as) professores(as) estavam cientes da proposta e da intenção do desenvolvimento de um projeto de Eletiva, algo considerado positivo, tendo em vista que muitos começaram a atuar em CEPIs apenas no ano letivo de 2022, o que mostra um interesse em se apropriar da proposta de educação em tempo integral e contribuir para a oferta de um ensino público de qualidade.

Um aspecto relevante para análise é o compromisso feito com os(as) professores(as) para que replicassem o encontro formativo em sua unidade escolar. Acredita-se que o emprego desse tipo de estratégia contribui para que os processos de formação continuada desencadeiem ações que sejam ancoradas à unidade escolar, não apenas no sentido de acontecer dentro do espaço da escola, mas também planos de ação que pretendam efetivar mudanças nas práticas individuais e institucionais (GAMA; TERRAZZAN, 2012).

Por fim, reitera-se a importância da Secretaria de Estado da Educação de Goiás como promotora de cursos de formação continuada para professores(as) atuantes na rede pública estadual, independente da etapa de ensino em que

atuam, com vistas a fortalecer a oferta de educação gratuita de qualidade para a população e se espera que esse trabalho continue e que seja ampliado no futuro próximo.

Referências

AZEREDO, J. L.; PIZZOLLO, M. C. C.; BITENCOURT, R. L. A formação continuada de professores: um espaço para autoria?. Revista Internacional de Formação de Professores, v. 3, n. 3, p. 148-166, 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rifp/article/download/392/189> Acesso em: 15 jul. 2024

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 15 jul. 2024

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 04, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf> Acesso em: 15 jul. 2024

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acesso em: 15 jul. 2024

GAMA, M. E.; TERRAZZAN, E. A. Encontros e desencontros nos processos de formação continuada de professores em escolas públicas de educação básica. Formação Docente–Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, v. 4, n. 7, p. 126-140, 2012. Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpfp/article/view/68> Acesso em: 15 jul. 2024

GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOIÁS. Lei nº 18.969, de 22 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação, para o decênio 2015/2025 e dá outras providências. Goiânia, GO. 2015. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/93357/pdf> Acesso em: 15 jul. 2024

_____. Lei nº 20.917, de 21 de dezembro de 2020. Institui o Programa Educação Plena e Integral e dá outras providências. Goiânia, GO. 2020. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/103633/pdf> Acesso em: 15 jul. 2024

GUEDES, E. C.; COSTA, D. S.; LINS, L. M. M. Formação Continuada de Professores(as): Marco Legal, Conceitos e Significados. In: II COLÓQUIO INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2014. Anais [...] João Pessoa: UFPB, 2014.

JUNGES, F. C.; KETZER, C. M.; OLIVEIRA, V. M. A. Formação continuada de professores: Saberes ressignificados e práticas docentes transformadas. Educação & Formação, v. 3, n. 9, p. 88-101, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7146564> Acesso em: 15 jul. 2024

MUSSI, R. F. de F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. Práxis Educacional, [S. l.], v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i48.9010. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010. Acesso em: 15 jul. 2024.

PINTO, C. L. L.; BARREIRO, C. B.; SILVEIRA, D. N. Formação continuada de professores: ampliando a compreensão acerca deste conceito. Revista Thema, v. 7, n. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/19> Acesso em: 15 jul. 2024

PLACIDO, R. L.; ALBERTO, S.; PLACIDO, I. T. M. A docência e a formação continuada: um compromisso no exercício da profissão. Formação@ Docente, v. 13, n. 1, p. 30-53, 2021. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/350978701_A_DOCENCIA_E_A_FORMACAO_CONTINUADA_UM_COMPROMISSO_NO_EXERCICIO_DA_PROFISSAO > Acesso em: 15 jul. 2024

SANTOS, T. W.; SÁ, R. A. de. O olhar complexo sobre a formação continuada de professores para a utilização pedagógica das tecnologias e mídias digitais. Educar em Revista, v. 37, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/MyDRrjQnCgmcQ8wChz3PKsR/> Acesso em: 15 jul. 2024

SEDUC/GO. Programa Educação Plena e Integral: Diretrizes Pedagógicas. Goiânia, GO. 2021. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/files/CEPI_Programa-Educacao-Plena-e-Integral_1a-Edicao.pdf> Acesso em: 15 jul. 2024